

Reforma do Ensino Médio e trabalho docente: desafios da implementação durante a pandemia de COVID-19

Micaela Balsamo de Mello (UFBA)
Catarina Cerqueira de Freitas Santos (UFBA)
Heder Amaro Velasques de Souza (UFBA)
Rodrigo da Silva Pereira (UFBA)

Introdução

A implementação do Novo Ensino Médio foi atravessada pela pandemia de COVID-19 e o estabelecimento do ensino remoto para a manutenção do distanciamento social. É nessas circunstâncias que o trabalho docente precisou ser reorientado pela adoção de novas estratégias e recursos, além da construção de uma complexa relação entre o tempo de trabalho síncrono e assíncrono e a fusão de algumas fronteiras entre a vida privada e a vida pública.

À vista disso, este texto tem por objetivo identificar repercussões da implementação do novo modelo curricular proposto pela reforma do Ensino Médio (EM) no trabalho docente, considerando o contexto pandêmico que estabeleceu o ensino remoto no ano de 2020. Para seu desenvolvimento coletamos dados através de entrevista com uma coordenadora pedagógica de uma escola da Região Metropolitana de Salvador, integrante do grupo das escolas-piloto da reforma do EM. Essas escolas iniciaram as proposições de flexibilização curricular para reforma no biênio 2020-2021. O critério de escolha da escola-piloto se justifica pelo entendimento de que este é um importante *locus* de análise das primeiras tensões e disputas que emergiram na implementação da referida reforma.

O texto apresenta as principais causas da intensificação do trabalho docente identificadas na coleta e análise dos dados. Para tal,

além desta introdução, o trabalho discorre sobre a intensificação do trabalho docente no contexto pandêmico relacionado com as transformações contemporâneas no mundo do trabalho, em seguida apresenta os principais achados no estudo e finaliza com algumas considerações alcançadas a partir da investigação realizada.

Breve contexto da intensificação do trabalho docente

As modificações pelas quais a sociedade passou a partir da reestruturação produtiva do capitalismo repercutiram no trabalho docente. A introdução da lógica do trabalhador multifuncional, adaptável e flexível, tem transformado as relações de trabalho (ANTUNES, 2020), promovendo “a intensificação do trabalho em diferentes dimensões, interferindo inclusive na subjetividade dos trabalhadores [...] Esse fenômeno também está presente na esfera pública e entre os trabalhadores da educação, desde os docentes aos gestores.” (NUNES; PEREIRA; SANTOS, 2020, p. 113).

Segundo Oliveira e Vieira (2013), a gestão de políticas educacionais, influenciada pela Nova Gestão Pública (NGP), impõe aos profissionais da educação a complexificação e a intensificação do seu trabalho. Isso tem gerado novas demandas e desdobramentos para esse profissional: “semelhante às novas exigências do processo produtivo, o professor é agora responsável por múltiplas funções que ele pode desempenhar de forma mais participativa e flexível.” (BRITO, 2012, documento online). Hypólito (2011) destaca que, entre as diferentes estratégias da NGP está a responsabilização de professores e gestores pelos resultados alcançados e pela implementação de políticas. Entendemos que tal responsabilização é um mecanismo de controle da ação docente e mais um fator de intensificação do seu trabalho. No contexto pandêmico, esse processo se acirrou.

Para Gonçalves e Guimarães (2020), as mudanças no trabalho docente durante o isolamento social exigiram grande adaptabilidade por parte dos educadores, mas os meios para sua operacionalização não foram garantidos. Os autores identificaram a probabilidade maior de desenvolvimento de problemas de saúde mental por conta dos processos de isolamento na pandemia e às questões de infraestrutura, formação e de políticas educacionais pouco eficazes em relação às tecnologias da informação e comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

Escolas Pilotos no ensino remoto e os impactos no trabalho docente

A partir dos dados coletados na entrevista, identificamos diversos desafios enfrentados na implementação da reforma do EM mediada pelo ensino remoto, tais como: as precárias condições de acesso dos alunos e dos professores a dispositivos de TIC e à internet; a falta de suporte e orientação adequada da Secretaria de Educação para o atendimento das demandas do contexto pandêmico; as alterações na organização e dinâmica da escola em razão da flexibilização curricular do “novo” ensino médio, especificamente a diminuição da carga horária de determinados componentes curriculares da base comum; e a sobrecarga e intensificação do trabalho dos professores.

Em relação a este último desafio, a entrevista revela pelo menos três causas diretas: a responsabilização dos professores por atribuições para além da sua função, a ausência de diretrizes consistentes e a impermanência de procedimentos e informações e, por fim, a ampliação das demandas que excederam a carga horária de trabalho semanal. A escola construiu iniciativas frente aos desafios do

ensino remoto que buscavam construir vínculos com os estudantes. Para os professores, tais iniciativas representaram o encargo de assumir a responsabilidade por ações tal como o fornecimento de equipamentos e serviços para o trabalho remoto.

A ausência de diretrizes e a impermanência de procedimentos e informações revela a ausência do suporte da gestão da rede em relação às escolas, transferindo a responsabilidade para gestores e professores pela implementação das mudanças curriculares. Em relação à carga horária de trabalho semanal, os dados coletados dão conta de que a ampliação de demanda implicou no aumento do tempo de trabalho e no comprometimento da saúde dos docentes. A coordenadora pedagógica da escola em análise destacou que ocorreram inúmeras reuniões remotas, além do tempo de exposição à tela para pesquisa, conhecimento das ferramentas, preparação de material pedagógico e interação com os alunos, intensificando o trabalho docente.

Algumas considerações

O contexto de pandemia na rede estadual de educação da Bahia, inesperado e grave, reafirmou o novo modelo de governança pautado nas diretrizes do novo gerencialismo. A transferência de responsabilidade pela implementação das ações para as escolas e a limitação do órgão central à fiscalização, sem a prestação da assistência técnica e material, revelam os contornos desse modelo. O trabalho docente ficou ainda mais pesado com a combinação do ensino remoto e da reforma do EM. Destacamos que o caso em estudo na rede estadual da Bahia encontra eco na literatura, conforme apresentado brevemente.

O contexto pandêmico serviu de oportunidade para a normalização de situações de exceção e para atenuar conflitos em relação à implementação de políticas educacionais, entre elas a reforma do EM. Torna-se conveniente fazer um paralelo com o modelo de gestão atual do governo federal de Jair Bolsonaro, que aproveita a turbulência da pandemia para “ir passando a boiada e ir mudando todo o regramento”¹.

Referências

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRITO, F. O trabalho docente no RN: tendências e contradições. **Anais do Seminários regionais da ANPAE**. Recife. 2012. Disponível em https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero1/1comunicacao/Eixo04_37/Fabiana%20Erica%20de%20Brito_int_GT4.pdf

GONÇALVES, G.; GUIMARÃES, J.. Aulas remotas, escolas vazias e a carga de trabalho docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 772-787, set./dez. 2020. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1203>

HYPOLITO, A. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. Educação: **Teoria e Prática**, v.21, n.38, p. 59-78, 2011.

NUNES, R.; PEREIRA R.; SANTOS, C. Intensificação do trabalho dos diretores escolares do ensino médio regular de Salvador e Região Metropolitana. In: PIMENTEL, G.; TAVARES, C (org.). Anísio Teixeira: educação não é privilégio, é um direito / **Anais do IV Encontro Estadual da ANPAE Bahia** / Vol. II/ Meio Eletrônico - Brasília: Anpae, 2020.

OLIVEIRA, D A.; VIEIRA, L. F. O trabalho docente na educação básica do Estado do Rio Grande do Norte. In: CABRAL NETO, A; OLIVEIRA, D.; VIEIRA, L. (Org.). **Trabalho docente: desafios no cotidiano da educação básica**. Campinas: Mercado de Letras, 2013

¹ Frase dita pelo então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, e tornada pública por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).